IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS)
Volume 30, Issue 1, Series 6 (January, 2025) 15-20
e-ISSN: 2279-0837, p-ISSN: 2279-0845.
www.iosrjournals.org

A Relação Entre Direitos Humanos, Saúde E O SUS: O Impacto Das Políticas Públicas No Acesso À Saúde

Fernando Antonio Madeira Marinho
Universidade Potiguar

Maryane Francisca Araújo De Freitas Cavalcante
Uninovafapi

Rita Wigna De Souza Silva
Universidade Estadual Do Rio Grande Do Norte - UERN

Ana Rita De Cassia Vieira De Moraes
Universidade Federal Do ABC

Alberto Marçal Batista
Universidade Federal De Juiz De Fora Campus Governador Valadares

Luciano Oliveira Rezende
Escola Superior De Direito - Proordem Goiânia

Patrick Anderson Castro de Matos
Centro Universitário Leonardo da Vinci

Clara Rodrigues De Brito
Universidade De Marília- Unimar

Lucas Teixeira Dezem
Universidade De Ribeirão Preto

Rafael Teixeira Sebastiani
Universidade De São Paulo

Alinne Nauane Espíndola Braga
Faculdade Anhanguera De Macapá

Rayssa Toga Cambriai Nascimento
Faculdade Unibf - União Brasileira De Faculdades

Jessé De Castro Figueiredo
Universidade Federal De Sergipe (UFS) Campus Professor Antônio Garcia Filho

Társilla De Menezes Dinísio
Universidade Federal De Sergipe (UFS) Campus Professor Antônio Garcia Filho

Jorge Augusto Soares De Souza
Universalidade Jose Do Rosario Vellano

Resumo:
Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre os direitos humanos, saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS), focando no impacto das políticas públicas no acesso à saúde no Brasil. A metodologia adotada foi uma abordagem bibliográfica, com levantamento de dados em bases acadêmicas como SciELO e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave específicas e operadores booleanos para refinar os resultados. A pesquisa envolveu a análise de artigos científicos, documentos institucionais e relatórios do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde. Os resultados indicaram que, apesar dos avanços proporcionados pelo SUS, como a Estratégia Saúde da Família e o Programa Nacional de Imunizações, o sistema ainda enfrenta desafios significativos, como a desigualdade regional no acesso à saúde, o financiamento insuficiente e a falta de infraestrutura em áreas mais remotas. A pandemia de COVID-19 ressaltou tanto as fragilidades quanto a resiliência do SUS, evidenciando a necessidade de investimentos contínuos e melhorias na gestão do sistema. A conclusão destaca que, para que o SUS cumpra eficazmente sua função de garantir o direito à saúde para todos, é fundamental um aumento no financiamento, a redução das desigualdades regionais e a implementação de políticas públicas mais eficazes, focadas na equidade, na atenção primária e na infraestrutura, garantindo a saúde como um direito universal e igualitário.
Palavras-chave: *Direitos Humanos; Sus; Saúde.*

Date of Submission: 12-01-2025 Date of Acceptance: 22-01-2025

I. Introdução

A relação entre direitos humanos, saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS) é um tema de extrema relevância no Brasil, especialmente quando se analisa o impacto das políticas públicas na garantia do acesso à saúde. O conceito de direitos humanos abrange uma série de direitos fundamentais que visam garantir a dignidade, a liberdade e o bem-estar de todas as pessoas. O direito à saúde é um desses direitos universais, reconhecido por diversas organizações internacionais e pela Constituição Federal do Brasil, que, desde 1988, consagra a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. O SUS foi criado com o intuito de efetivar esse direito, oferecendo assistência médica integral, universal e gratuita a toda a população (Cardoso et al., 2001; (Medeiros et al., 2024).

No contexto brasileiro, a saúde é um dos pilares fundamentais do Estado de bem-estar social, e o SUS surge como uma das maiores conquistas sociais da história do país. A ideia de um sistema único e universal de saúde foi um avanço significativo para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua classe social, raça, gênero ou condição econômica, tivessem acesso aos cuidados de saúde necessários. O SUS, portanto, é um reflexo do compromisso do Estado brasileiro com a implementação dos direitos humanos, especialmente o direito à saúde, que está diretamente ligado à dignidade da pessoa humana (Saura et al., 2022).

No entanto, a implementação do SUS não se deu de forma simples, e as políticas públicas de saúde têm enfrentado diversos desafios ao longo das últimas décadas. Embora a Constituição de 1988 tenha estabelecido um marco importante, com o direito à saúde sendo um direito social garantido, na prática, a universalização do acesso à saúde no Brasil se deparou com obstáculos relacionados ao financiamento do sistema, à organização e à gestão dos serviços de saúde, e à desigualdade regional entre os diferentes estados e municípios. Além disso, a crescente demanda por serviços de saúde, combinada com a escassez de recursos, tem gerado tensões sobre a capacidade do SUS em atender adequadamente a população (Silva et al., 2020).

As políticas públicas de saúde no Brasil têm se esforçado para superar essas limitações, adotando diferentes abordagens e estratégias para melhorar a cobertura e a qualidade do atendimento. Programas como a Estratégia Saúde da Família e o Programa Nacional de Imunizações são exemplos de iniciativas que visam fortalecer a atenção primária à saúde e reduzir as desigualdades no acesso a serviços médicos. No entanto, a implementação dessas políticas ainda enfrenta barreiras, como a escassez de profissionais qualificados em regiões mais remotas e a falta de infraestrutura em algumas áreas do país (Silva et al., 2020).

Além disso, a pandemia de COVID-19 evidenciou de forma dramática as fragilidades do sistema de saúde e as desigualdades existentes no acesso aos cuidados. Em muitos casos, as populações mais vulneráveis, como as que vivem em áreas periféricas ou em comunidades de baixa renda, enfrentaram maiores dificuldades em acessar os serviços de saúde, refletindo não só a precariedade de infraestrutura, mas também a falta de uma efetiva política pública que leve em conta as especificidades de diferentes grupos sociais. Esse cenário destaca a importância de se pensar em políticas públicas que promovam uma distribuição mais equitativa dos recursos de saúde e um modelo de assistência que considere as diversas realidades do país (Souza et al., 2023).

Por outro lado, a crise também evidenciou o papel crucial do SUS na coordenação da resposta à emergência de saúde pública. Embora tenha enfrentado dificuldades logísticas e orçamentárias, o SUS foi fundamental na distribuição de vacinas, na organização de leitos hospitalares e na implementação de medidas de controle da pandemia. Nesse sentido, a pandemia, embora tenha exposto muitas limitações do sistema, também

evidenciou o seu potencial de articulação e sua capacidade de responder a situações de emergência, quando adequadamente financiado e estruturado (Souza et al., 2023).

Portanto, o objetivo deste estudo é analisar a relação entre os direitos humanos, a saúde e o SUS, enfocando o impacto das políticas públicas no acesso à saúde, com o intuito de compreender as principais conquistas e desafios do sistema de saúde brasileiro. Além disso, busca-se investigar como as políticas públicas podem ser aprimoradas para garantir uma distribuição mais justa dos serviços de saúde e, assim, assegurar que o direito à saúde seja efetivamente garantido a todos os cidadãos brasileiros.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem bibliográfica, com o objetivo de analisar e compreender a relação entre os direitos humanos, a saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase no impacto das políticas públicas no acesso à saúde. Inicialmente, foram selecionados artigos, livros e relatórios de fontes acadêmicas e governamentais, com o intuito de fornecer um embasamento teórico robusto para o estudo. Para isso, utilizou-se uma metodologia de levantamento de dados em bases de dados científicas amplamente reconhecidas, como SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico.

Durante a coleta de dados, foram empregadas palavras-chave específicas para delimitar e refinar os resultados da pesquisa, garantindo que os artigos selecionados fossem relevantes para o tema proposto. As palavras-chave utilizadas incluíram termos como "direitos humanos e saúde", "SUS e políticas públicas", "acesso à saúde no Brasil", "desigualdade no acesso à saúde" e "impacto das políticas públicas no SUS". Para aumentar a precisão na busca de artigos, também foram aplicados operadores booleanos como "AND" e "OR", o que possibilitou combinar ou ampliar os conceitos e, assim, refinar a busca de maneira mais eficaz. A combinação de "direitos humanos AND SUS" ou "acesso à saúde OR desigualdade no SUS" permitiu obter resultados mais direcionados ao objeto de estudo, excluindo artigos que abordavam temas apenas tangencialmente relacionados à questão central da pesquisa.

Além disso, o uso de "AND" ajudou a filtrar os artigos que tratavam especificamente da relação entre saúde e direitos humanos dentro do contexto das políticas públicas brasileiras, enquanto o "OR" ampliou as possibilidades de encontrar artigos sobre temas como as desigualdades no acesso à saúde e o impacto das políticas públicas em diferentes regiões do Brasil. Adicionalmente, foram selecionados documentos institucionais, como relatórios do Ministério da Saúde, publicações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e outros materiais produzidos por entidades governamentais e organizações não governamentais que monitoram e avaliam as políticas públicas de saúde no Brasil. Esses documentos foram importantes para oferecer uma visão prática e atualizada sobre a implementação do SUS e suas implicações para o acesso à saúde, além de proporcionar dados empíricos que complementaram os artigos acadêmicos.

III. Resultados E Discussões

A Relação Entre Os Direitos Humanos E A Saúde No Brasil

A relação entre direitos humanos e saúde é central para a construção de um sistema de saúde universal e acessível, como o SUS. O direito à saúde, consagrado pela Constituição Brasileira de 1988, é um exemplo claro de como o Brasil se comprometeu a garantir direitos fundamentais à sua população. No entanto, a implementação desse direito enfrenta desafios contínuos, principalmente devido a problemas estruturais e de gestão do sistema de saúde pública. Para que o SUS cumpra seu papel como um direito universal, é essencial que as políticas públicas não só garantam o acesso a serviços de saúde, mas também que promovam a equidade no atendimento, de forma a respeitar as especificidades e desigualdades regionais e sociais do Brasil (Tetemann; Trugilho; Sogame, 2016).

Nesse sentido, os direitos humanos são o ponto de partida para avaliar a efetividade do SUS na promoção da saúde, pois eles demandam um acesso universal, contínuo e integral aos cuidados necessários para todas as pessoas. O SUS, enquanto sistema de saúde público, reflete diretamente a busca pela dignidade humana e o princípio da universalidade dos direitos. A saúde, enquanto direito humano, é uma garantia não apenas de cuidados médicos, mas de uma vida digna, longe de doenças, sofrimentos e desigualdades. No contexto brasileiro, o acesso à saúde deve ser garantido de maneira igualitária para todos os cidadãos, sem discriminação por classe social, etnia ou condição geográfica. Isso exige um esforço constante para eliminar as barreiras estruturais, culturais e econômicas que impedem o pleno acesso aos serviços de saúde (Medeiros et al., 2024).

Assim, o papel das políticas públicas é crucial, pois são elas que devem articular soluções para que esse direito seja efetivamente respeitado e garantido a toda a população. Porém, a implementação dos direitos humanos no sistema de saúde brasileiro não é simples. Existem diversas questões práticas e financeiras que dificultam o acesso universal e igualitário. Em muitas regiões do Brasil, especialmente no Norte e Nordeste, a infraestrutura de saúde é insuficiente para atender às necessidades da população. Além disso, o financiamento do SUS tem sido um problema constante, com repasses insuficientes por parte do governo federal, o que

impacta diretamente a capacidade de execução das políticas públicas de saúde (Tetemann; Trugilho; Sogame, 2016).

A implementação de políticas públicas voltadas para a garantia do direito à saúde exige, portanto, não só uma mudança no paradigma de gestão, mas também um compromisso político e orçamentário robusto por parte do Estado. As desigualdades regionais no acesso à saúde são uma das maiores barreiras para a efetivação do direito à saúde no Brasil. Enquanto algumas regiões do país, como as grandes metrópoles do Sudeste e Sul, possuem um acesso relativamente maior a serviços de saúde de qualidade, outras, como as áreas rurais e periféricas das regiões Norte e Nordeste, enfrentam sérias limitações em termos de infraestrutura, profissionais de saúde e recursos financeiros. Essas desigualdades refletem a disparidade histórica no desenvolvimento socioeconômico do país e são um desafio constante para o SUS. Assim, as políticas públicas devem ser desenhadas de forma a reduzir essas desigualdades, garantindo que os recursos e serviços de saúde cheguem de maneira equitativa às populações mais vulneráveis (Silva et al., 2020).

Outro ponto fundamental na relação entre direitos humanos e saúde no Brasil é a questão da equidade no acesso. A equidade vai além da ideia de igualdade, buscando reconhecer as diferenças entre os grupos sociais e oferecer a cada um o suporte necessário para que todos possam usufruir do direito à saúde de maneira plena. A equidade é um princípio-chave das políticas públicas de saúde no Brasil, e sua implementação exige que o SUS seja capaz de adaptar suas práticas e intervenções às diferentes necessidades da população. Isso inclui não apenas o acesso a tratamentos e medicamentos, mas também a criação de ambientes e sistemas de saúde que respeitem as particularidades culturais, sociais e econômicas dos diversos grupos que compõem o país (Saura et al., 2022).

A importância das políticas públicas no acesso à saúde e no fortalecimento do SUS

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na concretização do direito à saúde no Brasil, sendo um dos principais instrumentos para garantir que o SUS funcione de forma efetiva e atenda a toda a população. O Sistema Único de Saúde foi criado para enfrentar a desigualdade no acesso aos serviços de saúde e promover uma cobertura universal, integral e gratuita. Para que isso aconteça, o Estado precisa implementar políticas públicas que priorizem as necessidades mais urgentes da população, especialmente nas áreas mais carentes do país. Programas como a Estratégia Saúde da Família e o Programa Nacional de Imunizações são exemplos de políticas que têm contribuído para aumentar a cobertura de serviços de saúde em áreas de difícil acesso, promovendo a saúde preventiva e melhorando as condições de vida das populações mais vulneráveis (Sant'ana et al., 2023).

O impacto dessas políticas no acesso à saúde pode ser observado em diversas frentes. A Estratégia Saúde da Família, por exemplo, tem desempenhado um papel crucial na ampliação do acesso à saúde primária, ao levar médicos e outros profissionais de saúde para as comunidades, em vez de esperar que as pessoas se desloquem até os centros de saúde. Essa abordagem não só melhora a cobertura, mas também promove a continuidade do cuidado, permitindo um acompanhamento mais próximo e eficaz das condições de saúde da população. Além disso, ao incorporar um modelo de atenção integral à saúde, a Estratégia Saúde da Família contribui para a detecção precoce de doenças e a promoção de hábitos saudáveis, fatores essenciais para a redução da morbidade e mortalidade em muitas regiões. Porém, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos (Santos; Campos, 2015).

A falta de recursos, a escassez de profissionais de saúde em regiões afastadas e a sobrecarga dos serviços de saúde são obstáculos constantes para o pleno funcionamento do SUS. A gestão eficiente dos recursos e a distribuição equitativa dos profissionais de saúde são, portanto, questões-chave que precisam ser abordadas para garantir que as políticas públicas de saúde alcancem seus objetivos de forma plena. Além disso, o financiamento do SUS é uma questão crítica, uma vez que o orçamento destinado à saúde no Brasil tem sido insuficiente para cobrir a demanda crescente por serviços de saúde de qualidade (Medeiros et al., 2024).

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) também é um exemplo de política pública bem-sucedida que tem permitido ao SUS promover a saúde de maneira eficaz, com um impacto direto na redução de doenças infecciosas e preveníveis por vacinas. O Brasil se destaca mundialmente pela ampla cobertura vacinal e pela implementação de campanhas de vacinação em massa. No entanto, a escassez de recursos, a dificuldade de acesso a algumas populações e a resistência a vacinas em determinadas regiões têm sido desafios adicionais para o sucesso contínuo dessa política. A pandemia de COVID-19 expôs a fragilidade do sistema de saúde, mas também ressaltou a importância de políticas públicas de imunização como um mecanismo eficaz de controle de doenças (Muhlem; Madureira; Lise, 2022).

Ademais, a integração entre políticas públicas de saúde e outras áreas, como educação, saneamento e habitação, é fundamental para a promoção de uma saúde integral e de qualidade. Não basta apenas fornecer acesso aos serviços médicos, é necessário garantir condições de vida dignas para a população, o que envolve políticas de educação para a saúde, melhoria da infraestrutura urbana e rural, e a redução das desigualdades

sociais. O SUS, em sua essência, não é apenas um sistema de saúde, mas um reflexo de um modelo de sociedade que busca promover a justiça social e garantir direitos para todos (Paim, 2018).

Desafios atuais e o impacto das crises no SUS

Nos últimos anos, o Sistema Único de Saúde tem enfrentado uma série de desafios que dificultam a sua capacidade de oferecer uma assistência de qualidade para toda a população. Um dos maiores problemas é a falta de financiamento adequado, o que compromete a capacidade do SUS de expandir e modernizar seus serviços. O sistema de saúde brasileiro depende fortemente dos repasses do governo federal, mas esses repasses têm sido insuficientes para atender à crescente demanda por serviços de saúde, especialmente com o aumento da população e o envelhecimento da sociedade (Mello et al., 2019).

Além disso, a gestão dos recursos e a aplicação eficiente do orçamento ainda são desafios a serem enfrentados, principalmente em um cenário de crise fiscal e restrição orçamentária. A pandemia de COVID-19 evidenciou as fragilidades do SUS e as desigualdades existentes no acesso à saúde. Embora o SUS tenha desempenhado um papel crucial no enfrentamento da crise, distribuindo vacinas e organizando leitos hospitalares, a escassez de recursos e a sobrecarga dos serviços de saúde foram visíveis. Muitas regiões do país, especialmente aquelas com menor infraestrutura e recursos, enfrentaram dificuldades extremas para lidar com o aumento da demanda por serviços médicos e hospitalares (Muhlem; Madureira; Lise, 2022).

A pandemia acentuou a desigualdade no acesso à saúde, com populações mais vulneráveis enfrentando maiores obstáculos para obter cuidados médicos adequados. A crise também expôs a dependência do Brasil em relação a recursos externos para o fornecimento de medicamentos e equipamentos de saúde. A escassez de insumos, como respiradores e medicamentos essenciais, gerou uma pressão adicional sobre o SUS, que teve que lidar com a escassez de recursos enquanto tentava salvar vidas. O sistema de saúde pública demonstrou sua resiliência, mas também ficou claro que há a necessidade de mais investimentos em infraestrutura, capacitação de profissionais e estratégias de gestão eficiente para enfrentar crises futuras (Medeiros et al., 2024).

Por fim, os desafios enfrentados pelo SUS durante a pandemia reforçam a necessidade de um planejamento mais robusto e de políticas públicas que fortaleçam a estrutura de saúde do país. É essencial que o Brasil invista em medidas preventivas, como campanhas de vacinação, mas também em uma maior descentralização e regionalização dos serviços de saúde. O SUS, para continuar cumprindo seu papel de garantia do direito à saúde, precisa ser adaptado às realidades locais e contar com a colaboração de diversas esferas de governo. A gestão e o financiamento adequados são fundamentais para que o sistema de saúde pública brasileiro continue sendo uma ferramenta efetiva de promoção da saúde e de redução das desigualdades (Nogueira et al., 2018).

IV. Conclusão

A pesquisa revelou que a relação entre direitos humanos, saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS) é intrinsecamente complexa e fundamental para a promoção da justiça social e da equidade no Brasil. O direito à saúde, garantido pela Constituição de 1988, é um pilar central da cidadania, refletindo o compromisso do Estado brasileiro com o bem-estar de sua população. O SUS, enquanto sistema público de saúde, desempenha um papel essencial na concretização desse direito, oferecendo assistência integral, universal e gratuita. Contudo, a efetiva implementação desse direito enfrenta uma série de desafios estruturais, financeiros e regionais que dificultam a universalização do acesso à saúde e a redução das desigualdades no país.

Ao longo da pesquisa, foi possível observar que, embora o SUS tenha conquistado avanços significativos na promoção da saúde pública no Brasil, como o fortalecimento da atenção básica e a implementação de programas de vacinação em massa, ainda existem graves dificuldades no que tange ao financiamento adequado e à distribuição equitativa dos recursos de saúde. As desigualdades regionais e sociais continuam a ser um obstáculo considerável, com as populações mais vulneráveis, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, enfrentando barreiras significativas no acesso aos serviços de saúde.

A crise financeira e a escassez de profissionais de saúde em áreas remotas são problemas persistentes que exigem soluções eficazes para garantir que o SUS cumpra seu papel de forma justa e igualitária. A pandemia de COVID-19, por sua vez, expôs tanto as fragilidades quanto as potencialidades do SUS. Embora tenha sido um desafio sem precedentes, a crise de saúde global também destacou o papel crucial do SUS na coordenação de respostas emergenciais e na distribuição de vacinas, reafirmando a importância de um sistema público de saúde fortalecido e preparado para enfrentar situações de urgência. No entanto, a pandemia também evidenciou as lacunas existentes na infraestrutura de saúde, no financiamento e na capacitação de recursos humanos, o que tornou evidente a necessidade de investimentos contínuos e de uma gestão mais eficiente para garantir a continuidade e a eficácia do sistema.

Portanto, a pesquisa conclui que, para que o SUS continue sendo um instrumento eficaz na garantia do direito à saúde para todos os brasileiros, é imprescindível um compromisso mais robusto com o financiamento adequado, a melhoria da gestão e a redução das desigualdades regionais no acesso aos serviços de saúde. O

fortalecimento das políticas públicas de saúde, especialmente aquelas voltadas à atenção primária, à formação de profissionais e à infraestrutura em áreas periféricas, é essencial para garantir que o direito à saúde seja plenamente usufruído pela população, em conformidade com os princípios dos direitos humanos. A construção de um SUS mais eficiente e acessível, com um financiamento adequado e estratégias inovadoras, é, portanto, uma prioridade para o Brasil, com vistas a consolidar um sistema de saúde verdadeiramente universal, integral e justo.

Referências

[1] Cardoso, D. S. A. Et Al. O Direito À Saúde, A Universalidade E A Proteção Dos Trabalhadores: Desafios Do Sus Na Pandemia. Rev Humanid Inov, 2021.

[2] Medeiros, T. M. Et Al. Desafios Da Universalidade No Sus: Avaliação Do Acesso E Qualidade Dos Serviços De Saúde No Brasil. Cad Pedagog [Internet], 2024.

[3] Mello Ga, Et Al. O Processo De Regionalização Do Sus: Revisão Sistemática. Ciência & Saúde Coletiva, 22(4):1291-1310, 2017.

[4] Menezes Apr, Et Al. O Futuro Do Sus: Impactos Das Reformas Neoliberais Na Saúde Pública – Austeridade Versus Universalidade. Saúde Debate, 2019.

[5] Muhlen, G. S. V.; Madureira, E. M. P.; Lise, A. M. R. Síndrome Da Estafa Profissional: Burnout Em Médicos Oncologistas Atuantes Em Um Hospital Oncológico Do Município De Cascavel/Pr. Revista Thêma Et Scientia, V. 12, N. 2, 2022.

[6] Nogueira, L. S. Et Al. Burnout E Ambiente De Trabalho De Enfermeiros Em Instituições Públicas De Saúde. Rev Bras Enferm [Internet], 71(2):3, 2018.

[7] Paim Js. Sistema Único De Saúde (Sus) Aos 30 Anos. Ciência & Saúde Coletiva, 23(6):1723-1728, 2018.

[8] Peduzzi M. O Sus É Interprofissional. Interface - Comunicação Saúde Educação, 20(56), 2016.

[9] Santos L, Campos Gws. Sus Brasil: A Região De Saúde Como Caminho. Saúde Soc. São Paulo, 24(2):438-446, 2015.

[10] Sant'ana, J. C. P. Et Al. Prevalência E Fatores Associados Ao Estresse Relacionado Ao Trabalho E À Síndrome De Burnout Entre Profissionais De Enfermagem Que Atuam Em Oncologia. Rev. Bras. Cancerol. [Internet]. 27º De Março De 2023.

[11] Saura, A. P. N. S. Et Al. Fatores Associados Ao Burnout Em Equipe Multidisciplinar De Um Hospital Oncológico. Rev Esc Enferm Usp, 2022.

[12] Silva, L. S. Universalidade Do Acesso E Acessibilidade No Quotidiano Da Atenção Primária: Vivências De Usuários Do Sus. R. Enferm. Cent. O. Min. [Internet], 2020.

[13] Souza, E. M. M. Et Al. Impactos E Repercussões Da Síndrome De Burnout Dos Enfermeiros Que Atuam Na Oncologia. Recima21 - Revista Científica Multidisciplinar,, 4(1), E412462, 2023.

[14] Tetemann, E. C.; Trugilho, S. M.; Sogame, L. C. M. Universalidade E Territorialização No Sus: Contradições E Tensões Inerentes. Textos Contextos (Porto Alegre) [Internet], 2016.